

## A FOME COMO ARMA DE GUERRA: A RESOLUÇÃO 687 E A DEGRADAÇÃO SOCIAL DO IRAQUE PÓS GUERRA DO GOLFO

Mariana Benzoni<sup>1</sup>

Andrew Patrick Traumann<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é abordar a resolução 687 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mais precisamente o embargo financeiro e comercial imposto ao Iraque e suas consequências diretas na vida da sociedade iraquiana. Entender como os acontecimentos do final da década de 1980 impactaram na atuação da comunidade internacional durante a Guerra do Golfo e nas resoluções do CSNU direcionadas ao Iraque, buscando compreender os interesses políticos e econômicos que acarretaram na manutenção da resolução. Através da análise de diversos autores e de relatórios humanitários, é possível compreender as condições desumanas que os iraquianos enfrentaram por consequência do embargo que vigorou até a queda do governo de Saddam Hussein, em 2003.

**Palavras-chave:** Iraque; Guerra do Golfo; Embargo; Estados Unidos.

**Abstract:** The objective of this paper is to approach the resolution 687 of the United Nations Security Council (UNSC), more specifically the commercial and financial embargo imposed to Iraq and the direct consequences to the life of the

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais – Centro Universitário Curitiba – Curitiba/ PR – mariana.benzoni@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador professor doutor do curso de Relações Internacionais – Centro Universitário Curitiba – Curitiba/PR – andrewtraumann@hotmail.com

Iraqi society. To understand how the events of the end of the 1980 decade impacted on the international community actions during the Gulf War and on the UNSC resolutions to Iraq, trying to comprehend the political and economic interests that led to the maintenance of the resolution. Through the analyses of many authors and from humanitarian reports, it is possible to comprehend the subhuman conditions that the Iraqi faced as a result of the embargo that prevailed until the fall of Saddam Hussein's regime, in 2003.

**Key words:** Iraq; Gulf War; Embargo; United States.

### **Introdução**

O tema abordado por esse trabalho é de grande importância nas análises de relações internacionais que abordam o Oriente Médio. Devido a região estratégica ocupada pelo território do Iraque, o embargo financeiro e comercial e todas as outras resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) direcionadas ao país por consequência da Guerra do Golfo, são essenciais para entender a geopolítica da região e as ações dos Estados vizinhos e de potências advindas de outros continentes, durante o período de vigência (1990-2003), os quais tinham grande interesse econômico e político na região.

Através do contexto histórico, das causas e consequências da Guerra do Golfo, será possível estudar as resoluções do CSNU, sua efetividade e buscar entender a situação desumana que a população iraquiana foi forçada a enfrentar durante a vigência dessas sanções que provocaram atrocidades e que deixaram marcas profundas na sociedade iraquiana.

O artigo apresentará dados divulgados por organizações como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), inclusive relatórios do Programa de ajuda humanitária da ONU, os quais apresentam as condições em que os iraquianos viviam devido a falta de instrumentos hospitalares, remédios, infraestrutura (elétrica, tratamento de água e esgoto) e inclusive falta de alimentos e uma dieta completa durante período em que o embargo financeiro e comercial estava vigente, resultando na degradação da qualidade de vida e levando milhões de iraquianos a morte.

A discussão é necessária porque as resoluções, impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, previam revisões quando relatórios realizados por órgãos especializados, trouxessem dados de que estas atingiam essencialmente a vida da população civil, porém, isso é contrariado quando o impacto direto na vida da sua população civil é notado e nada é modificado. As sanções foram justificadas pelo fato de objetivarem manter a ordem e a paz na região, diminuindo o espaço para que novos investimentos em poderio bélico fossem feitos, porém veremos que o real objetivo dos envolvidos na manutenção das resoluções era outro: tirar Saddam Hussein do poder.

### **Contexto Histórico**

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, enfrentava uma crise no final dos anos de 1980, devido aos investimentos maciços na indústria bélica, ao tentar competir com o mundo capitalista e expandir suas influências no mundo todo. Ao combater o capitalismo, pouco era investido na indústria de produtos básicos, afetando diretamente a vida da população. Os problemas sociais que foram enfrentados devido à má administração da economia foram diversos e se

intensificaram quando Ronald Reagan ocupou o cargo de presidente dos Estados Unidos (1982-1989), uma vez que Reagan aumentou ainda mais seu investimento em indústria bélica gerando conseqüentemente, devido a competição existente, o aumento de investimentos no mesmo setor pela URSS, que não podia ficar para trás.

Os gastos militares agravavam enormemente o orçamento soviético. A URSS, com uma economia bem menor do que a do EUA, tinha de competir de igual para igual na área militar, o que dificultava ou impedia que recursos consideráveis disponíveis – humanos e materiais – fossem canalizados para outras direções e sobretudo para o atendimento das demandas da sociedade em serviços públicos de qualidade e em bens de consumo sofisticados (automóveis, eletrodomésticos etc) (REIS FILHO, 2004, p. 136).

Primeiro ocupando o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista e depois como presidente da URSS, Mikhail Sergeyevich Gorbachev, através da sua liderança, tentava, segundo Reis Filho (2004, p. 136), a partir da política conhecida como perestroika, uma reestruturação das instituições políticas e da economia do bloco socialista. A perestroika trouxe maior liberdade as empresas e a economia como um todo, inclusive a abertura aos investimentos externos. Por não ter surtido muitos efeitos positivos num primeiro momento, já que a abertura rápida dos mercados soviéticos impactava negativamente na indústria interna, houve uma segunda fase da política que tentava continuar com a abertura, mas de um modo gradual.

Porém, como leciona Reis Filho (2004, p. 138), o problema da União Soviética não era só econômico, uma vez que diversas crises do partido e golpes com intenção de reestabelecer novas lideranças políticas também abalaram a

credibilidade do partido. Gorbachev implementa a glasnost, política que visava transparência política, com objetivo de detectar os problemas do governo, gestão e economia, assim, um dos meios para que isso ocorresse de maneira efetiva, foi a abertura a críticas advindas da própria população, e assim visar desenvolver soluções para as dificuldades apontadas.

Além dessas dificuldades, vários movimentos nacionalistas em algumas regiões do bloco foram detectados no final dos anos de 1980 – acontecimentos que em anos anteriores eram sufocados – no governo reestruturador de Gorbachev, esses movimentos alcançaram autonomia, sistemas multipartidários e independência, como o caso da Polônia, em 1998 seguida pela Hungria, no mesmo ano. Outros movimentos nacionalistas os seguiram e também obtiveram liberdade política, saindo assim, da zona de influência de Moscou (REIS FILHO, 2004, p. 147).

O resultado da instabilidade geral observada se dá através das proclamações de independência das repúblicas formadoras da URSS e assim, na dissolução da União em 1991.

Diante da implosão da União Soviética, a ideologia capitalista, seguida e liderada pelos Estados Unidos, não tinha mais a quem se opor, se tornando vitoriosa e resultando no fim da Guerra Fria (MAGNOLI, 2004, p. 195).

O fim da Guerra Fria afetou diretamente a ordem do sistema internacional, pois sendo bipolar, a ocorrência de qualquer conflito no globo levaria a uma intervenção das potências visando aumentar suas influências e assim, os conflitos indiretos (entre EUA E URSS) aconteciam, porém, conflitos diretos eram improváveis de acontecer, pois estes envolveriam os armamentos nucleares que ambos possuíam, resultando em uma destruição mútua, por isso o sistema da

Guerra Fria era considerado estável. Porém, como destaca Zarpelão (2010, p. 3) no mundo pós Guerra Fria, as ações dos Estados passam a afetar menos o resto do sistema ou não afetar. Não necessariamente haveria intervenção nos conflitos locais ou regionais e com mais países possuindo armas nucleares, o sistema é instável.

Mesmo com seu papel de liderança e hegemonia mundial logo após a Segunda Guerra Mundial, a nova ordem mundial estabelecida depois da Guerra Fria colocou os Estados Unidos, mais uma vez, na posição de líder mundial se tornando a única superpotência do globo, a qual detinha, segundo Magnoli (2004, p. 195): “impressionante [...] capacidade estratégica e poder militar”.

Seguindo seu papel hegemônico, os EUA passam então a exercer um papel de “polícia do mundo” (KARNAL, 2007, p. 230), recebendo legitimidade moral de toda comunidade internacional e então, se tornando responsável por presar pela ordem mundial do pós guerra fria, baseada no neoliberalismo, na garantia de liberdades políticas e econômicas. Segundo Hardt e Negri (2000, p. 34), “A formação de um novo direito está inscrita no emprego da prevenção, da repressão e da força retórica destinadas à reconstrução do equilíbrio social: tudo isso é próprio da atividade de polícia”, legitimando assim, as ações americanas de intervenção em conflitos que interferiam na nova ordem mundial.

Francis Fukuyama, cientista político americano, contribuiu para a construção de um cenário no pós Guerra Fria, por meio de um artigo escrito em 1989, chamado “The End of History?” que depois foi mais trabalhado em um livro publicado em 1993, pode ser usado para justificar as intervenções norte americanas durante a Nova Ordem Mundial (MAGNOLI, 2004, p. 183).

A principal ideia de Fukuyama (1989, p. 10) se baseava na dialética de Hegel, onde a evolução da humanidade acontece pela contraposição de ideias, através da tese, antítese e a síntese, que seria uma solução das duas primeiras. Através desse raciocínio, Fukuyama contrapõe o socialismo e o capitalismo, sendo tese e antítese, e após a implosão da URSS, ele considera não haver mais contraposição a ideia da tese, fazendo com que o capitalismo se tornasse o fim da evolução, o fim da história.

Para Fukuyama (1989, p. 4), o neoliberalismo que passou a reger como ideologia na Nova Ordem Mundial, prevê, como já dito, a não intervenção do Estado na economia, pois, segundo o mesmo: “Não há luta ou conflito sobre “grandes” questões e conseqüentemente não há necessidade de generais ou políticos; o que permanece é essencialmente a atividade econômica”. (tradução livre)<sup>3</sup>. Assim, o governo, ao garantir máximas liberdades econômicas e políticas, governava bem.

Pelo fato da premissa do governar bem, ser a garantia de liberdades econômicas e políticas, Fukuyama (1989, p. 25) legitima o uso da força quando essas liberdades são impactadas. É através da divisão do mundo em dois níveis, o primeiro e mais elevado, do mundo pós histórico, que consiste nos países que garantem as liberdades e assim, conseguiram chegar ao fim da história, e um nível inferior, dos chamados países históricos, que são os quais não garantem essas liberdades, portanto, tem história. Assim como, o autor afirma que entre os pós históricos não haverá preocupação em relação a segurança, pois não

---

<sup>3</sup> There is no struggle or conflict over “large” issues and consequently no need for generals or statesman; what remains is primarily economic activity.

haverá guerras entre eles, ao contrário da relação deles com os países históricos, que são conflituosas.

A tese sobre o fim da história se mostrou bastante questionável vista que os conflitos entre os países “pós históricos” continuam a existir, porém foi importante na construção do cenário pós Guerra Fria, ajudando os EUA a justificar suas intervenções em conflitos regionais que afetavam diretamente a economia e a lógica capitalista defendida por eles (ZARPELÃO, 2010, p. 4).

Segundo Zarpelão (2010, p. 4), a partir de 1990, para que fracassos como a Guerra do Vietnã, não voltassem a acontecer, o comandante chefe das Forças Armadas dos Estados Unidos da América, Colin Luther Powell desenvolveu uma doutrina militar implementada pela política externa norte americana, que consistia fazer intervenções em conflitos regionais, apenas se estes estivessem relacionados ao fornecimento de combustíveis fósseis para o ocidente e onde os aliados e os interesses regionais e políticos dos norte americanos fossem ameaçados.

Isso quer dizer que Washington não iria intervir em todo e qualquer conflito regional. A idéia de se evitar, reduzir a zero ou próximo de zero as baixas do lado dos EUA, defendido pela mencionada doutrina, reservava aos Estados Unidos o direito de apenas observar as áreas consideradas de alto risco de baixas, em caso de intervenção estadunidense, mas que eram de baixo risco aos interesses dos Estados Unidos. Como exemplo desse lugar, pode ser citado países como Ruanda, na África Central, região dos grandes lagos africanos que passava por grave guerra civil, no início da década de 1990, entre etnias rivais, no caso hutus e tutsis. (ZARPELÃO, 2010, p. 6).

A Doutrina Powell partia do pressuposto do uso de armas de alta tecnologia para que as baixas no exército americano fosse mais próxima de zero, através de bombardeios cirúrgicos, atingindo alvos planejados e enfraquecendo



o inimigo, para que possíveis confrontos terrestres fossem facilitados pela debilidade do inimigo (ZARPELÃO, 2010, p. 5).

### **Guerra do Golfo e as Resoluções do CSNU**

Saddam Hussein começou a participar da política do Iraque desde seus 20 anos, segundo Andrew Cockburn (1999, p. 84), logo após o golpe a monarquia em 1958, ele participou do planejamento e execução de diversos outros golpes e lutas que se seguiram. Quando seu primo, Ahmed Hassan al-Bakr, assume a presidência do Iraque em 1968, Saddam ocupava o cargo de vice-presidente do Conselho do Comando da Revolução (COCKBURN, 1999, p. 88), conseguindo ainda, através do seu cargo, expandir suas influências em todo o Iraque, já sendo considerado o segundo homem mais poderoso do Iraque na época. Por motivos de saúde, seu primo se afastou do cargo em 1979 e quem assumiu a presidência do Iraque desde então, foi o próprio Saddam.

Ocupando o cargo de presidente do Iraque pelo partido nacionalista Baath, seguindo um viés socialista, Saddam Hussein, coordenou diversos programas sociais, investiu muito em infraestrutura e no desenvolvimento industrial do país, acabando inclusive com a taxa de analfabetismo durante seu governo. Porém, Saddam era um líder autoritário que desde sua ascensão ao cargo (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 90), iniciou uma perseguição aos opositores políticos dentro do próprio partido, torturando-os e expurgando-os, além é claro, das perseguições que eram realizadas contra a população xiita, mesmo sendo maioria no país, e contra a minoria curda.

A Guerra do Golfo aconteceu devido a invasão iraquiana ordenada por Saddam Hussein, ao país vizinho Kuwait, no dia 2 de agosto de 1990. A invasão foi sustentada pelo regime iraquiano utilizando-se de diversos fatores

apresentados por Polk (2005, p. 144): primeiramente, parte do território kuwaitiano pertencia ao Iraque no início do século XX e foi separada pelos britânicos para que houvesse a consolidação do Estado do Kuwait. Apesar do governo da época ter reconhecido as novas fronteiras, Saddam Hussein as chamava de artificiais e passou então a questioná-las e considerá-las, novamente, território iraquiano, o que trazia conseqüentemente benefícios ao Iraque por aumentar seu acesso ao mar, anteriormente perdido.

Além disso, Polk (2005, p. 145) descreve que com a guerra Irã-Iraque (1980-1988), o Iraque recebeu muitos empréstimos, se tornando dono de uma dívida grande com os países apoiadores, como o Kuwait. Logo quando a guerra acabou, em 1988, não existindo mais o perigo do levante xiita, o Kuwait cobrou a dívida e Saddam pediu para que o credor a perdoasse. Por fim, considerado o motivo decisivo para a invasão, a conduta de super extração de petróleo do governo do Kuwait, que foi considerada irregular pelo Iraque, pois através da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) eram estabelecidos limites de extração para que o preço do produto fosse mantido, portanto, quando o Kuwait desrespeitou esse limite, foi acusado de estar extraindo mais petróleo com intuito de prejudicar o vizinho Iraque, que pediu então, uma indenização pelos danos causados ao país.

A invasão ao Kuwait foi construída em cima dessas acusações e aconteceu com relativa facilidade. A anexação do território como 19ª província do Iraque trouxe uma grande comoção internacional dos países que fazem parte da ONU, já que o Iraque transgrediu diversas premissas da Carta da organização (POLK, 2005, p. 147).

No mesmo dia da invasão, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da resolução 660, condenou o ato, exigindo a retirada imediata das tropas iraquianas do Kuwait e pedindo o início de uma conversa entre os envolvidos, com intuito de resolver suas questões.

Nenhuma modificação da postura do governo iraquiano foi detectada, pelo contrário, a invasão e o domínio sob o território continuou e resultou em uma nova resolução datada de 6 de agosto de 1990. A resolução 661 do CSNU, reafirmava a resolução anterior, além de ter determinado o embargo de: transações financeiras com o Iraque e Kuwait, a partir da data da resolução; importação de qualquer produto advindo dos territórios citados e inclusive, qualquer exportação para estes destinos. O embargo sancionado não incluía nenhum tipo de restrição a importações e exportações relativas a gêneros alimentícios e suplementos relacionados a saúde. Essa nova resolução também implicava em apoiar o governo legítimo do Kuwait e a criar um Comitê (formado pelas nações que compõe o CSNU) para relatar o posicionamento dos países e suas condutas, verificando se estas estavam alinhadas com a resolução.

A resolução 666, empregada no dia 13 de setembro de 1990, reafirmou as proposições das resoluções anteriores, principalmente no âmbito da ajuda humanitária a população civil dos países, discorrendo que estas aconteceriam caso o Comitê recebesse relatórios determinando a necessidade de ajuda humanitária, este, em parceria com organizações como a Cruz Vermelha e outras, entregariam suplementos para diminuir o sofrimento da população.

Em uma última tentativa do ano de 1990, o CSNU, através da resolução 678 datada de 29 de novembro do mesmo ano, declarou não haver nenhuma resposta positiva do governo iraquiano apesar das tentativas de reestabelecer a

paz e a segurança na região do golfo pérsico. Conseqüentemente, a nova resolução trouxe um ultimato ao estabelecer a data de 15 de janeiro de 1991, como deadline para o Iraque aceitar e cumprir a resolução 660 (1990), estabelecendo retaliações do CSNU, que sustentado pelo capítulo VII da Carta das Nações Unidas (1945, art. 42), “[...] poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais”. Assim, permitiu que os membros da organização cooperassem e usassem de todos os meios necessários para garantir a implementação da primeira resolução – 660 (1990) – assim como todos os outros pontos relevantes levantados por outras resoluções relativas a invasão, para então, a paz e segurança serem reestabelecidas na região.

Apesar de todas as resoluções, Saddam Hussein não cedeu e assim, a Iraque é atacado no dia 17 de janeiro de 1991, dando início a Guerra do Golfo. A coalizão, liderada pelos EUA, inicia a primeira fase do conflito, que consistia em bombardeios cirúrgicos, previstos pela Doutrina Powell, para atingir pontos estratégicos que prejudicariam o governo de Saddam Hussein, como centros de comunicação, para que o exército iraquiano tivesse dificuldades de se reorganizar, organizar ataques contra a coalizão ou qualquer tipo de movimento. Além desses pontos, como exemplifica Cockburn e Cockburn (1999, p. 31), foram alvejados centros de abastecimento elétrico e de tratamento de água e esgoto, assim como quartéis gerais, pontos de desenvolvimento de armas e centros de comandos dos oficiais iraquianos.

O confronto terrestre fez parte da segunda fase da guerra, que durou pouco tempo e foi também considerada um sucesso devido a já danificada

estrutura de comunicação do Iraque, fazendo com que este tivesse dificuldade de se reestruturar e organizar novos contra ataques. Além é claro, aos satélites que garantiam a localização do exército iraquiano e melhores armamentos que a coalizão tinha comparado ao invasor, que detinha armamentos obsoletos da União Soviética, sua antiga parceira (POLK, 2005, p. 151).

Com pouco mais de um mês de guerra efetiva, no dia 27 de fevereiro de 1991, a Guerra do Golfo chegou ao fim com a retirada das tropas iraquianas do território do Kuwait. Devido a Doutrina Powell, os EUA se retirou do território para que a guerra continuasse tendo poucas baixas do lado da coalizão (ZARPELÃO, 2010, p. 5), não aproveitando o enfraquecimento do governo iraquiano para derrubá-lo, ação que visava os interesses norte americanos na região.

Cockburn, Cockburn (1999, p. 30) defende que após a guerra, o governo iraquiano, enfrentava revoltas populares, inicialmente espontâneas, mas que foram incentivadas também por pronunciamentos do presidente norte americano George H. W. Bush, o qual convocou diretamente o exército e a população civil – descontentes com as decisões tomadas por Saddam Hussein ao invadir o Kuwait e deixar que o confronto militar realmente acontecesse – a se levantar contra o governo. Dissidentes do exército e grande parte da população civil, principalmente muçulmanos xiitas, iniciaram revoluções contra os integrantes do partido Baath, torturando-os e matando-os como forma de protesto contra os recentes acontecimentos no país.

Imagens do líder iraniano, Aiatolá Khomeini, foram distribuídas nas cidades tomadas pelo sentimento de revolta. Esse suposto envolvimento e apoio dos iranianos, xiitas, fez com que os Estados Unidos, decidissem não apoiar ou ajudar de forma militar os revolucionários no Iraque, devido ao medo de uma

forma de governo relacionada, de alguma forma, com o governo iraniano, controlado principalmente por figuras religiosas, o qual não refletia o interesse norte americano, que apesar do desejo de derrubar o regime de Saddam, não queria de forma alguma, a implantação de um governo regido pela religião ou até mesmo de uma democracia na região (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 37).

Não há confirmações de quem realmente havia distribuído as imagens que vincularam as manifestações com o líder religioso iraniano, porém, como líderes xiitas negam o envolvimento, o próprio governo de Saddam Hussein é um suspeito, que através de uma manobra inteligente, as distribuíram, sabendo que a posição dos norte americanos mudaria sem excitação (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 32).

Sem o apoio dos EUA, os rebeldes não tinham recursos suficientes para manter o ataque, resultando em seguida em um contra ataque do governo, mais violento que a própria revolução. Saddam Hussein e a Guarda Republicana (os que não o abandonaram ou mudaram de lado), reconquistaram cada território perdido, fortalecendo o regime do partido Baath liderado por ele (POLK, 2005, p. 153).

Se as revoltas não tivessem sido incitadas pelo governo de Bush, conforme Andrew Cockburn e Patrick Cockburn (1999, p. 49) afirmam em seu livro, fontes mostravam a existência de uma movimentação dentro do partido Baath para execução de um golpe para retirada de Saddam Hussein da presidência do Iraque. Porém, esses movimentos foram abafados quando surgiram as revoltas e ações contra todos os integrantes do partido Baath, levando esses políticos a se unirem a Saddam Hussein para reestabelecer o

poder no país e garantirem sobrevivência tanto como partido político no poder, como indivíduos.

Já que a possibilidade da derrubada de Saddam Hussein acontecer pela própria população tinha sido reprimida a força pelo governo nacional, os Estados Unidos, por meio da manutenção das resoluções da ONU, que embargava e restringia o desenvolvimento do Iraque, tinha objetivo de enfraquecer o governo de Saddam Hussein, atingindo não só o líder, mas em especial, sua população, esperando que os civis novamente se revoltassem com o governo ou que futuramente, com o governo e o país já debilitado e enfraquecido, houvesse a oportunidade de uma invasão, um movimento que finalmente retirá-lo-ia do poder (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 57).

Segundo Waak (2006, p. 454): “Em abril de 1991 a ONU estabeleceu o que seria o regime de sanções contra o Iraque, obrigado a admitir a presença de grupos de inspetores que desmantelariam os programas de armas químicas, bacteriológicas e nucleares.”

A resolução que estabelecia um cessar-fogo, requisitava em suas cláusulas o reconhecimento das fronteiras kuwaitianas pelo Iraque, já que as tropas iraquianas já haviam retornado ao Iraque, além de descrever as violações as Convenções e Tratados Internacionais pelo regime de Saddam (LAMAZIÈRE, 1998, p.76).

A resolução que previa novas punições e novos deveres, tem foco nos assuntos relacionados a destruição de armamentos, presentes na seção C da mesma. A resolução 687 criava a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM), que era encarregada de receber do Iraque, em poucos dias, a localização, a quantidade e as especificidades de todas as armas de destruição

em massa, química e biológica e de mísseis de 150 km de alcance, para que, sob inspeção dessa comissão em parceria com o diretor geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA),<sup>4</sup> destruir qualquer pesquisa, qualquer centro de produção e qualquer arma desenvolvida, ou seja, qualquer vestígio de avanço no desenvolvimento de armas de destruição em massa (LAMAZIÈRE, 1998, p. 92-93).

Também previa novas punições e novos deveres, dando foco especial, aos assuntos relacionados a destruição de armamentos, presentes na seção C da mesma.<sup>5</sup> A resolução 687 criava a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM), que era encarregada de receber do Iraque, em poucos dias, a localização, a quantidade e as especificidades de todas as armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas), além de mísseis de 150 km de alcance.

Apesar do governo iraquiano gozar do direito de apontar as localizações a serem inspecionadas, ele não era o único. Segundo Lamazière (1998, p. 91), governos considerados “apropriados”, também poderiam apontar lugares suspeitos, resultando em uma autonomia de inspeção da UNSCOM, porque essa, na realidade, não precisava de autorização do governo nacional para realizar as inspeções.

---

<sup>4</sup> A resolução faz referência a uma parceria com o Diretor Geral para que a mesma não precisasse se submeter aos regulamentos e procedimentos da agência, assim, mantiveram sua autonomia nas ações realizadas, utilizando apenas os equipamentos e conhecimentos da Agência (AIEA).

<sup>5</sup> O representante do Iraque na ONU, mesmo cedendo a resolução, questionou (novamente, pois a questão já havia sido levantada em 1989) diante dos outros representantes o interesse na destruição de armas nucleares do governo de Saddam Hussein e a passividade em relação ao mesmo programa desenvolvido por Israel, porém a questão permaneceu sem efeitos (LAMAZIÈRE, 1998, p. 77).



A UNSCOM, que foi incumbida de fiscalizar a destruição das armas, foi formada por membros especialistas de diversos países e liderada por Carl Rolf Ekéus, um diplomata sueco, o qual já havia trabalhado a serviço da ONU com a questão do desarmamento. Os trabalhos foram iniciados muito brevemente, como discorrem Cockburn e Cockburn (1999, p. 112) mencionando em seu livro, uma entrevista dada por Ekéus ao Washington DC em 1998:

As exportações do petróleo iraquiano alcançavam treze bilhões de dólares por ano, cerca de 35 milhões por dia. Minha consciência não permitiria que eu pudesse atrasar-me um dia sequer. Aquele dia custaria às crianças iraquianas 35 milhões de dólares.

Através de uma parceria com o diretor geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)<sup>6</sup>, a UNSCOM se encarregou da destruição dos armamentos nucleares, qualquer pesquisa ou centro de produção, ou seja, qualquer vestígio de avanço no desenvolvimento de armamentos nucleares (LAMAZIÈRE, 1998, p. 92-93).

Apesar da disposição que a Comissão Especial demonstrava, o governo do Iraque, havia há algum tempo, começado a esconder em lugares remotos as armas que seriam procuradas pela ONU. Assim, contrariando as expectativas de Ekéus, o trabalho da Comissão se prolongou por muito tempo, já que o trabalho

---

<sup>6</sup> A resolução faz referência a uma parceria com o Diretor Geral para que a mesma não precisasse se submeter aos regulamentos e procedimentos da agência, assim, mantiveram sua autonomia nas ações realizadas, utilizando apenas os equipamentos e conhecimentos da Agência (AIEA).

desta era completamente dificultado pelo governo iraquiano, que não colaborava com a exposição de todos os armamentos (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 117).

Inicialmente, os EUA e a Comissão Especial acreditavam que a capacidade do Iraque de desenvolvimento desses tipos de armas era baixa, inclusive o pensamento era sempre reforçado pelos representantes iraquianos nas reuniões com a Comissão. Porém anos se passaram e o descoberta de certas localizações secretas onde se situavam grandes quantidades de armas altamente desenvolvidas, mostravam o contrário do que a coalizão pensava, inclusive a descoberta de centros importantes de desenvolvimento nuclear que a coalizão acreditava ter destruído durante os bombardeios cirúrgicos da guerra (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 125).<sup>7</sup>

Existem questionamentos em relação a real intenção das resoluções impostas ao governo Iraquiano, pois inicialmente, por meio da própria resolução se observa grande preocupação em acabar com as armas de destruição em massa e garantir a paz e segurança na região. Porém, como Polk (2005, p. 157-158) apresenta, a manutenção da resolução que colocava o Iraque em uma situação muito restrita, tinha claramente, o objetivo de tirar Saddam Hussein do poder.

Enquanto as resoluções não especificavam o objetivo de provocar a “mudança de regime”, estava inerente, assim que as sanções entraram em vigor, o regime não conseguiria atingir os requisitos de pagamento das indenizações. Como o catch-22, o efeito era circular: não haveria levantamento das sanções enquanto as reparações não fossem pagas

---

<sup>7</sup> Importante destacar, segundo Polk (2005, p. 146), que a maioria dos armamentos ou tecnologias para o desenvolvimento dos armamentos, haviam sido fornecidas pelo governo e empresas norte americanas e europeias durante a guerra Irã- Iraque.

e não havia possibilidade de pagamento até que as sanções fossem levantadas. A mudança de regime pretendia ser o único caminho de quebra do ciclo. Mudança de regime – que é, a derrubada ou a morte de Saddam Husain – foi abertamente proclamado como objetivo americano pelo Presidente Bush (tradução livre).<sup>8</sup>

Essas obstruções ao trabalho da UNSCOM realizadas pelo Iraque resultavam em um motivo para que o embargo continuasse vigorando (COCKBURN, 1999, p. 118), fato que agradava muito os EUA, que só queriam que as sanções fossem retiradas quando o presidente Saddam Hussein deixasse o cargo.

Outra questão abordada pela resolução 687 (1991), é o pagamento da reconstrução da infraestrutura do território afetado pela guerra, incluindo danos ao meio ambiente. O pagamento aconteceria por meio da exportação de petróleo, prevista para acontecer em um período determinado do ano, o qual resultaria em reservas de dinheiro ao governo e então possibilitaria o pagamento dessas contas.

Por fim, foram previstas revisões periódicas em relação a seção F da resolução 687, que continuou prevendo o embargo de importações e exportações de produtos e transações financeiras. Seriam realizadas revisões a cada 60 dias, baseada em relatórios de órgãos competentes, que implicariam na manutenção ou não da seção F.

---

<sup>8</sup> While the resolutions had not specified the objective of bringing about “regime change,” it was inherent, since as long as the sanctions were in force, the regime could not meet the specified requirement to pay reparations. Like a catch-22, the effect was circular: no lifting of sanctions until reparations were repaid and no possible repayment until sanctions were lifted. Regime change was intended to be the only way to break the circle. Regime change—that is, the overthrow or killing of Saddam Husain—was openly proclaimed as the American objective by President Bush.

Devido ao trabalho intenso e realizado em pontos específicos onde eram localizados os armamentos, os membros da Comissão Especial não tinham contato com os efeitos do embargo no país, nas famílias, nas mulheres e crianças desnutridas, como explicam Cockburn e Cockburn (1999, p. 128), porém era possível constatar pelos armamentos que tinham sido desenvolvidos, que Saddam Hussein tinha capacidade financeira para aliviar o sofrimento da sua população, mas que esse capital era investido em outros setores, como o desenvolvimento dessas armas.

### **As Consequências sociais da resolução 687**

As condições impostas pelo embargo trouxeram consequências graves no modo de vida da população iraquiana, que viu sua qualidade de vida definhando por resoluções dadas através da comunidade internacional. Ao invés da resolução 687 desenvolver ou em alguns casos, agravar o ódio que a população tinha por Saddam Hussein, teve exatamente o efeito contrário, o povo iraquiano passa a odiar os autores do documento que os humilhou perante todo o mundo, como apresenta Polk (2005, p. 158):

A experiência ao Iraque durante os anos 1990 mostrou as fragilidades das sanções contra um governo forte e decidido. O regime do Iraque foi capaz de desviar seus impactos para que a população geral sofresse antes do centro de apoio; a população de fato passou a odiar aqueles que tinham imposto as sanções mais do que aqueles as quais ações ocasionaram as sanções. Desde que as sanções objetivaram a destruição do regime, o Iraque reagiu naturalmente continuando os esforços para se armarem. (Tradução livre).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Experience in Iraq during the 1990s showed the weaknesses of sanctions against a strong and determined government. The Iraqi regime was able to deflect their impact so that the general population rather than its core supporters suffered; the population indeed came to hate those who had imposed the sanctions rather than those whose actions had occasioned them. Since the

Assim quando o embargo se iniciou, ainda em 1990, a economia do país já era afetada diretamente, começando a entrar em um período longo de declínio pois, o Iraque, sendo o país com a segunda maior reserva de petróleo do mundo, dependia financeiramente quase que inteiramente da extração e exportação do óleo, como descrevem Cockburn e Cockburn (1999, p. 130):

A farta dieta, as viagens a Londres e Paris para tratamento médico especializado, financiadas pelo governo, o suprimento de água tratada eram pagos pela exportação de petróleo, que representaram treze bilhões de dólares em 1989.

Como explanado por Malone (2006, p. 116), através das resoluções 706 e 712 do CSNU, foi estabelecido ainda em 1991, que o Iraque poderia exportar 1,6 bilhões de dólares a cada 6 meses (dinheiro que seria controlado pela própria ONU) para que pudesse pagar a reconstrução dos territórios que haviam sido destruídos pela guerra, assim como as contas dos procedimentos realizados pela ONU em relação ao Iraque, além é claro, de destinar o dinheiro para ajuda humanitária no território.

Devido as resoluções citadas, o dinheiro que inicialmente financiava todo o país, havia diminuído significativamente, impactando a vida da população, somado a isso, os bombardeios, a destruição causada pela guerra e o impedimento de importar produtos faz com que o país tenha que gerenciar seus recursos de outra maneira. A nova realidade do povo iraquiano era a falta de eletricidade, de tratamento de esgoto e água, de medicamentos e mantimentos

---

sanctions aimed at destroying the regime, Iraq reacted naturally with continued efforts to arm itself.

para os hospitais, e inclusive produtos do gênero alimentício que eram cada vez mais escassos.

As importações, que eram inspecionadas, rigorosamente, pela ONU, que havia implementado o termo “uso dual”, restringiu ainda mais a importação, pois esta se baseava na existência de produtos que poderiam ser usados para a produção ou manutenção dos armamentos do Iraque, assim, produtos como pneus, que eram requisitados pelas ambulâncias, não eram autorizados pois poderiam ser usados para outros fins (LAMAZIÈRE, 1998, p. 125)

No início das sanções, o governo iraquiano realizou o cadastro da população para distribuir comida no território, disponibilizando a todos o acesso ao bem. Em 1994, a quantidade de alimento foi reduzida devido as piores condições enfrentadas depois de anos sendo submetidos as sanções, como mostram Cockburn e Cockburn (1999, p. 139): “[...] mas ainda assim fornecia cerca de 53 por cento do alimento mínimo de que necessitava um iraquiano adulto para continuar vivo”. Esse sistema de distribuição de alimentos contribuía para que o governo fortalecesse seu controle sobre o povo.

O relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa Mundial para Alimentação (PMA), do dia 3 de outubro de 1997 traz dados importantes sobre a quantidade e qualidade da proteína ingerida pela população, pois através de uma comparação com os dados de anos anteriores, foi possível verificar um declínio importante em ambos quesitos, confirmando a suspeita de que os nutrientes disponíveis para a população na realidade não os nutriam verdadeiramente, inclusive, deixa claro

que os níveis de nutrição da população não iriam voltar as condições anteriores ao embargo enquanto este existisse.<sup>10</sup>

No mesmo relatório, números mostram que desde o início das sanções até o ano do relatório, foram requisitadas 782 373 toneladas de alimentos, porém, a quantidade real oferecida não passou de 489 447 toneladas. O relatório conclui que: “a missão conclui que a ração presente não é balanceada e suficiente para reverter rapidamente as serias consequências nutricionais que a carência de suplementos que está sendo experienciada durante os últimos sete anos” (tradução livre).<sup>11</sup>

A fome atingiu patamares altíssimos, quando as importações autorizadas pelo CSNU não eram mais suficientes para saciar toda a população. Programas de incentivo a agricultura foram desenvolvidos pelo governo iraquiano (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 141) visando um aumento de produção que ocasionasse um impacto na desnutrição que assolava o país.

Alguns críticos atacaram o regime de sanções que tinham efeitos prejudiciais a população civil. Eles apontaram estatísticas, como aquelas emitidas pela UNICEF em 2001, indicando que no período de 1990-9, o Iraque havia sofrido um crescente aumento da taxa de mortalidade infantil de 160%, a maior entre todos os 188 países analisados. Os críticos mais extremos desenharam paralelos entre o regime de sanções e crimes contra a humanidade e genocídios. (MALONE, 2006, p. 121, tradução livre).<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> <http://www.fao.org/docrep/004/w6519e/w6519e00.HTM>

<sup>11</sup> The mission concludes that the present ration is unbalanced and insufficient to rapidly reverse the serious nutritional consequences of the supply shortages which have been experienced over the last seven years.

<sup>12</sup> Some critics attacked the sanctions regime's deleterious effects on the civilian population. They pointed to statistics, such as those issued by UNICEF in 2001, indicating that in the period 1990–9, Iraq had suffered an increase in child mortality of 160 percent, the highest of all 188 countries reviewed. The most extreme critics drew parallels between the sanctions regime and crimes against humanity or genocide.

Por consequência dos relatórios dos agentes humanitários recrutados para avaliações periódicas, em 1996, por meio da resolução 986, foi planejado e executado o programa Petróleo por Comida, que implicava no aumento de exportação de petróleo (a cada 180 dias) para que o país angariasse mais fundos e pudessem fornecer mais alimentos a sua população que morria de fome. Inicialmente a resolução não havia sido aceita pelo regime de Saddam, porém, a situação econômica do país estava cada vez pior, fazendo com que alguns movimentos oposicionistas surgissem, foi então que o presidente do Iraque resolveu acatar a resolução e a planejar juntamente com a ONU.

Durante sua vigência, o Petróleo por Comida geriu \$64 bilhões de dólares do valor das receitas do petróleo, que serviram como principal fonte de alimento para 60% do Iraque, estimado em 27 milhões de pessoas, reduzindo a desnutrição entre as crianças iraquianas em 50%. Isto sustentou a campanha nacional de vacinação, reduzindo a mortalidade infantil e erradicando a pólio em todo o Iraque. Além disso, empregou mais de 2500 iraquianos. (MALONE, 2006, p.117-118, tradução livre).<sup>13</sup>

O governo desenvolveu também, outros programas que objetivavam a reconstrução da infraestrutura do país, chamada de “Hujoum al Mudhad”, que significa “contra-ataque” (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 141), o qual visava a reconstrução de estruturas importantes para o país, tais como energia elétrica, escoamento de esgoto.

---

<sup>13</sup>Over its lifetime, OFF handled \$64 billion worth of Iraqi oil revenues, and served as the main source of sustenance for 60 percent of Iraq's estimated twenty-seven million people, reducing malnutrition among Iraqi children by 50 percent. It underpinned national vaccination campaigns reducing child mortality and eradicating polio throughout Iraq. In addition, it employed more than 2,500 Iraqis.



A reconstrução atingiu sucesso em algumas áreas onde, devido o grande esforço e planejamento, os especialistas reutilizavam destroços de vários produtos e conseguiriam obter um único produto, como por exemplo a usina elétrica de al-Dhora, que foi remontada através de partes de outras usinas que não voltariam mais a funcionar, porém em outros, não houve tanto sucesso, já que as peças de muitas delas tinham que ser importadas de outros países ou que necessitavam de manutenção periódica, como era o caso do sistema de esgoto, que havia necessidade de manutenção das peças periodicamente.

A questão do bombeamento de esgoto era impossibilitada também pela falta de produtos químicos que são necessárias para mantê-la em funcionamento, limpando e tratando todo esgoto, porque em consequência do desenvolvimento de armas químicas, era considerado perigoso a importação de certos produtos, pois eles poderiam ser usados para manutenção dessas armas. O resultado foi a acumulação de esgoto nas ruas das cidades em contato direto com a população:

Para citar apenas uma estatística, a cada ano o número de crianças que morriam antes do primeiro aniversário elevou-se, passando de uma em trinta, no ano em que foram impostas as sanções, para uma em oito, dali a sete anos. Os especialistas em saúde concordavam: a água contaminada estava matando as crianças. A água suja, portadora de cólera e gastroenterite, encontrava maior facilidade em dizimar suas pequenas vítimas porque elas já estavam debilitadas. Com a desnutrição o sistema imunológico se enfraquece, sobretudo em se tratando de crianças. Os iraquianos e especialmente as crianças não estavam tendo o suficiente para comer. (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 148).

Através de entrevistas e contato com a população, muitas queixas foram relatadas a Cockburn e Cockburn (1999, p. 149) sobre a questão do tratamento

da água, já que este parara de ser realizado por causa das sanções, resultando no aumento do número de pessoas contaminadas através da água.

Através de um discurso feito no Congresso dos EUA, em 1998, Denis Halliday<sup>14</sup> faz referência aos relatórios publicados por agências como a FAO, o qual expõe que a cada mês, devido as sanções impostas, 5 a 6 mil crianças menores de 5 anos morrem por mês no Iraque, sem contar com as crianças que moram na zona rural do país, que muitas vezes não chegam a ser registradas.<sup>15</sup>

Além de todos os problemas enfrentados, a aumento da criminalidade cresceu muito devido a falta de produtos e alimentos. As pessoas saqueavam qualquer local que contivesse produtos que pudessem ser vendidos no mercado por qualquer valor, para ser futuramente trocado por alimentos (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 136).

A medida que a situação piorava e as restrições e possibilidades de obter produtos necessários para a sobrevivência diminuía, Phebe Marr (2012 p. 241, tradução livre) aponta uma mudança na sociedade iraquiana onde: “Havia muitos indícios entre os jovens de se ligaram a religião, encorajados pelo regime, o qual permitiu mais visões fundamentalistas se estabelecerem entre os jovens sunitas e xiitas”<sup>16</sup>. Em consequência ao aumento do fluxo de pessoas comparecendo as mesquitas, Saddam, através de manobras políticas, construiu novas mesquitas e passou a vincular mais a política com a religião islâmica, decretando leis que

---

<sup>14</sup> Denis Halliday foi coordenador da ajuda humanitária ao Iraque, assim como Hans Bom Sponeck, que se retiraram do cargo como forma de protesto a situação em que o Iraque vivia e pelas medidas humanitárias serem consideradas insuficientes. (TRAUMANN, 2008, p. 11).

<sup>15</sup> <http://www.merip.org/mer/mer209/sanctions-have-impact-all-us>

<sup>16</sup> There was much evidence among youth of a turn to religion, encouraged by the regime, which allowed more fundamentalist views to take root among Sunni as well as Shi'i youth.

colocavam costumes religiosos como regra a toda sociedade, como a proibição da venda de bebidas alcoólicas (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 144).

Depois da criação do programa Petróleo por Comida, as exportações passaram a crescer cada vez mais e as restrições sob a exportação começavam a ser abrandadas para o setor alimentício e para medicamentos. De acordo com Malone (2006, p. 20), as importações também se tornavam menos restritas, disponibilizando maiores oportunidades do Iraque adquirir produtos, porém, a questão de “uso-dual” dos produtos importados ainda era fiscalizada com rigor pelas agências responsáveis.

O período de sanções é bem descrito por Cockburn e Cockburn (1999, p. 128): “ Tudo isso era uma continuação da Guerra do Golfo. A lista de perdas de vidas humanas crescia continuamente e chegava a milhares; muito, mas muito mais do que aqueles que tinham morrido na luta e nos bombardeios”.

### **Considerações finais:**

O embargo 687, imposto pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas foi uma maneira de punir o Iraque pela invasão do território do Kuwait em 1990, onde o primeiro violou a soberania do segundo e anexou o país vizinho como 19ª província iraquiana. A retaliação imposta pelo CSNU previa a retirada das tropas iraquianas do Kuwait, assim como a destruição de todos os tipos de armamentos de destruição em massa, os quais já tinham sido desenvolvidos e utilizados por Saddam em outras ocasiões, mesmo tendo assinado convenções internacionais para restrição do desenvolvimento destes.

Ao punir o Iraque através de um restrito embargo financeiro e comercial, as reais consequências foram observadas durante 12 anos em que essas medidas vigoraram. Por muitas vezes, assim como prevista na própria resolução

687, foram organizados relatórios que explicavam a situação na qual a população civil do Iraque era obrigada a viver e era requisitado o abrandamento delas. Essas condições fizeram com que milhares de iraquianos vivessem desnutridos e grande parte enfrentasse a morte.

Mesmo a ONU tendo conhecimento dos relatórios desastrosos que eram disponibilizados, houveram períodos em que a situação do Iraque foi ignorada mesmo seguidos de apelos das agências humanitárias para que alguma mudança fosse realizada. Em outros períodos, foram desenvolvidos programas para que as restrições fossem abrandadas, mas ainda de forma muito simplória e que raramente surtiam efeitos significativos na condição de vida da população.

A Organização das Nações Unidas trabalhou durante os anos em que a resolução se manteve em vigor, violando princípios e direitos, os quais a organização diz proteger e se basear, como a Carta dos Direitos Humanos e a Convenção do Direito a Criança, tudo isso, abrindo brechas para questionamentos sobre sua credibilidade e legitimidade, já que as violações ocorriam para cumprir com o objetivo norte americano de derrubar o regime de Saddam Hussein, o qual não era favorável na época, aos interesses do mesmo no Oriente Médio. O fato do Iraque deter significativos volumes de petróleo e após a anexação do Kuwait ter aumentado ainda mais o controle do combustível – detendo assim, duas das maiores reservas de petróleo do mundo – fez com que se tornasse ator ainda mais relevante na economia mundial (já dependente do petróleo) resultando nas políticas de sanções perpetradas pelo CSNU.

Ao interpretar as ações da ONU, lideradas pelos norte americanos, concluímos que atingir a população por meio do embargo, foi o caminho escolhido para atingir o governo de Saddam Hussein, visando sua deposição

pelo próprio povo. O fato é confirmado quando Madeleine Albright foi indagada se havia valido a pena a morte de meio milhão de crianças iraquianas causadas pelas sanções do CSNU para depor Saddam Hussein (COCKBURN; COCKBURN, 1999, p. 154), e ela respondeu durante a entrevista para a CBS News, no programa 60 Minutes, no dia 12 de maio de 1996: “Penso que é uma escolha muito difícil, mas achamos que o preço é válido”.

Existe ainda, estudiosos como Andrew Traumann (2008, p. 17) William Waak (MAGNOLI, 2006, p.) que apresentam a Guerra do Golfo e a invasão ao Iraque em 2003, como uma única guerra. Os argumentos se sustentam na afirmação da existência de planos para uma invasão ao Iraque antes mesmo da anexação do Kuwait, utilizando o embargo como alternativa legal – pois era justificada quando o Iraque não colaborava com as inspeções e destruição dos armamentos – para enfraquecer o regime de Saddam Hussein, não favorável aos EUA e, seguido pelos atentados de 11 de setembro, que foi usado como justificativa pelos EUA para a invasão do Iraque em 2003 – o qual não foi autorizada pelas Nações Unidas, sendo assim, considerada ilegal – para então, derrubar a ameaça (Saddam Hussein), resultando no controle da região pelos EUA.

Por fim, como George Lamazière (1998, p. 99), em uma comparação entre o desarmamento proposto no embargo 687 e no Tratado de Versalhes (1919), conclui que ambas ocasiões foram impostas condições rígidas de destruição dos armamentos de destruição em massa – químicas no começo do século XX e químicas, biológicas e nucleares no final do mesmo século – fazendo com que as populações nacionais, do Iraque e da Alemanha (a quem os documentos se dirigiam) se moldassem as imposições estrangeiras e fossem obrigados a segui-

las, resultando na humilhação dos países perdedores das guerras – Guerra do Golfo e 1ª Guerra Mundial – inclusive na frustração da população civil.

Como conclui Lamazière (1998, p. 101), acordos de paz como o Tratado de Versalhes, que impunham o desarmamento da Alemanha, tiveram efeito apenas a curto prazo, pois logo voltará a se armar ilegalmente, como é sabido pela ascensão posterior da Alemanha nazista.

Assim, as consequências das sanções que implicavam na destruição total das armas de destruição em massa impostas ao Iraque em 1990 e que vigoraram até 2003, tem como efeito principal, a insatisfação e frustração dos civis e um ele deixa em aberto o possível rearmamento em longo prazo, gerando mais instabilidade na região.

Referenciando novamente o discurso de Denis Halliday no Congresso dos Estados Unidos, em 1998:

As sanções continuam a causar desnutrição e a matar. As sanções enfraquecem a recuperação cultural e educacional do Iraque, e não vão mudar seu sistema de governo. As sanções encorajam isolamento, alienação e fanatismo. As sanções destroem a família, enfraquecem os avanços sociais e econômicos da mulher e encorajam a evasão de cérebros. As sanções constituem uma séria violação da Carta das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Direito das Crianças. As sanções são um conceito improdutivo e falido que tem levado a um sofrimento humano inaceitável. E as sanções tem um impacto em todos nós – não só nos iraquianos, mas em todos nós que estamos de fora, trabalhando, e aguardando ansiosamente a reentrada do Iraque na Comunidade Internacional. Eu agradeço muito, congressista<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Sanctions continue to malnourish and kill. Sanctions are undermining the cultural and educational recovery of Iraq, and will not change its system of governance. Sanctions encourage isolation, alienation and fanaticism. Sanctions destroy the family, undermine women's social and economic advances and encourage a brain drain. Sanctions constitute a serious breach of the UN Charter on Human Rights and children's rights. Sanctions are a counterproductive, bankrupt concept that has led to unacceptable human suffering. And sanctions have an impact on all of us

---

-- not only those in Iraq, but those of us outside who need to work with and look forward to Iraq's reentry into the international community. I thank you very much, Congressmen.

REVISTA LITTERIS

N. 16

ISSN: 19837429

Dossiê Oriente Médio A Partir do Brasil

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/12>>. Data de acesso: 15 de out. 2015.

COCKBURN, Andrew; COCKBURN, Patrick. **Saddam Hussein: renascido das cinzas**. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Special Report: FAO/WFP food supply and nutrition assessment mission to Iraq. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/004/w6519e/w6519e00.HTM>>. Data de acesso: 2 de nov. 2015.

FUKUYAMA, Francis. The end of History?. Disponível em: <<https://ps321.community.uaf.edu/files/2012/10/Fukuyama-End-of-history-article.pdf>>. Data de acesso: 10 de out. 2015.

HARDT, Michael; NEGRI, Antoni. **Empire**. Cambridge: Harvard University, 2000.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

LAMAZIÈRE, George. **Ordem, Hegemonia e Transgressão**. Brasília: Instituto Rio Branco, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MALONE, David. **The international struggle over Iraq**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MARR, Phebe. **The Modern History of Iraq**. 3. ed. New York: Westview Press, 2012.



MILLER, Judith; MYLROIE, Laurie. **Sadam Hussein e a crise do golfo**. MALUF, Vera. (trad.). São Paulo: Scritta, 1990.

POLK, William. **Understanding Iraq**. New York: HarperCollins, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As **Revoluções Russas**. [S.l]: Unesp, 2004.

THE THISTLE. Danis Halliday's Congressional Briefing. Disponível em: <<http://www.mit.edu/~thistle/v12/1/halliday.html>>. Data de acesso: 5 de nov. 2015.

TRAUMAN, Andrew Patrick. Os falcões pousaram: o papel da ONU no conflito EUA-Iraque (1990-2003). **Revista Urutágua**, Maringá, n. 15, 2008. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/015/15traumann.htm>>. Data de acesso: 9 de out. 2015.

UNITED NATIONS. Resolution 660 (1990). Disponível em: <<http://fas.org/news/un/iraq/sres/sres0660.htm>>. Data de acesso: 15 de out. 2015.

UNITED NATIONS. Resolution 661 (1990). Disponível em: <<http://fas.org/news/un/iraq/sres/sres0661.htm>>. Data de acesso: 15 de out. 2015.

UNITED NATIONS. Resolution 666 (1990). Disponível em: <<http://fas.org/news/un/iraq/sres/sres0666.htm>>. Data de acesso: 17 de out. 2015.

UNITED NATIONS. Resolution 678 (1990). Disponível em: <<http://fas.org/news/un/iraq/sres/sres0678.htm>>. Data de acesso: 17 de out. 2015.

UNITED NATIONS. Resolution 687 (1991). Disponível em: <<http://fas.org/news/un/iraq/sres/sres0687.htm>>. Data de acesso: 20 de out. 2015.

WAAK, William. **Guerra do Golfo**. In: Demétrio Magnoli. (Org.). História das guerras. São Paulo: Contexto, 2008. p. 453-477.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. Título. **Revista História**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 7-43, 2010.